

DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA - PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL COSTA DO ENCANTO - JOINVILLE

Joel Gehlen¹, Lourdes S. Cezari de Aquino², Tânia Santiago³

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Santa Catarina é um estado peculiar da república Federativa do Brasil. Tem apenas 1,1% do território nacional, mas responde por 4% das riquezas do país, detém o segundo PIB industrial per capita do país e ocupa o quinto lugar no ranking das exportações nacionais, ostentando os melhores índices de desenvolvimento dentre os 26 estados federados. Nas eleições de 2002, quando foram eleitos novos governadores estaduais, a situação de Santa Catarina era uma das mais previsíveis, confirmadas pelos institutos de pesquisas. O então governador na época, que ocupava o cargo pela segunda vez tentava a reeleição, tinha mais de 60% da preferência do eleitorado, e caminhava para uma vitória tranqüila ainda no primeiro turno da disputa. Seu principal oponente era o candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), que vinha num processo histórico de crescente aceitação junto ao eleitorado e que, naquele ano, acabaria por eleger seu líder – Luis Ignácio “Lula” da Silva, hoje Presidente do Brasil em seu segundo mandato. Este aparecia nas pesquisas com 12% dos votos demonstrando tendência de crescimento. Correndo por fora, o ex-prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, tinha apenas 6% das intenções de votos e enfrentava dificuldades que tornavam o jogo eleitoral extremamente desfavorável a sua vitória, com evidentes vantagens para o candidato que já ocupava o cargo.

Além da dianteira nas intenções de votos o Governador/candidato, Esperidião Amin, dispunha de muito mais recursos para investir na campanha e era apoiado por uma coligação multipartidária de grande força política. Pelo

1. Jornalista e editor, atualmente desempenha suas funções como Gerente de Turismo, Cultura e Esporte na SDR de Joinville.

2. Socióloga, Especialista em Políticas Públicas e Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional – SDR - Joinville.

3. Socióloga, Analista Técnico em Gestão Pública, atualmente atuando como Assessora na Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado do Planejamento/SPG-SC.

sistema eleitoral do Brasil sempre que um candidato não obtém 50% mais um voto do total dos votos válidos é realizada uma nova disputa da qual participam apenas os dois candidatos melhor posicionados, o chamado “segundo turno”. Apesar das perspectivas nada otimistas a seu favor, Luiz Henrique levou a eleição de 2002 para o segundo turno, e acabou elegendando-se Governador numa “virada” sem precedentes na história de Santa Catarina. Qual foi a alavanca portanto para o seu êxito? Vamos possivelmente encontrar as respostas no decorrer deste artigo.

1. UM POUCO DE HISTÓRIA

O início efetivo da ocupação e colonização de Santa Catarina se deu em meados do século XVII, a partir do surgimento de alguns povoados litorâneos como o de Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis), o de Nossa Senhora do Rio São Francisco, e o de Laguna (litoral Sul). A província de Santa Catarina, no entanto, só foi criada e organizada administrativamente, em 1738.

Entretanto, até meados do século XIX, grande parte do território catarinense permanecia como um grande “vazio demográfico”, ocupado por silvícolas arredios. Em virtude da proibição do tráfico de escravos, a partir de 1850, e tendo em vista o desejo de promover o “branqueamento” da população brasileira, o Império do Brasil estabeleceu uma política de atração de imigrantes europeus para povoar os estados do sul, sendo o acesso a terra para fins de agricultura, um dos principais incentivos. Essa política atraiu milhares de imigrantes europeus, principalmente alemães, portugueses, italianos e eslavos que se organizaram em pequenas e produtivas propriedades. Assim, foram lançadas as bases que resultariam na bem-sucedida economia da agroindústria catarinense.

1.1. Caracterização do Estado

O Estado de Santa Catarina conta com uma população de 5.866.568 habitantes (estimativa preliminar 2006 – Fonte: Fundação IBGE) e situa-se no Sul do Brasil, bem no centro geográfico das regiões Sul e Sudeste, regiões estas de maior desempenho econômico do país, localizando-se em uma posição estratégica no Mercado Comum do Sul-Mercosul. Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57'41” e 29°23'55” de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37” e 53°50'00” de longitude Oeste. O Estado faz fronteira com a Argentina na região Oeste e sua Capital - Florianópolis, está a 1.850 km de Buenos Aires, 705 km de São Paulo, 1.144 do Rio de Janeiro

e 1.673 de Brasília. A economia catarinense continua ocupando a 7ª posição entre as 27 unidades da federação (vinte e seis estados e um distrito federal), alcançando o valor de R\$ 85.295 milhões em 2005, com uma participação de 4% no Produto Interno Bruto do Brasil⁴.

O Estado divide-se em 8 macroregiões⁵ com características bem diversificadas, conforme descrição a seguir:

- √ **Litoral:** *Esta região, colonizada por açorianos no século XVIII, tem um relevo recortado, com baías, enseadas, manguezais, lagoas e mais de 500 praias. É ainda, uma das mais importantes áreas de biodiversidade marinha do Brasil. A pesca e o turismo são atividades econômicas marcantes. Florianópolis é a capital e centro administrativo do Estado. Situa-se em uma ilha oceânica com 523 quilômetros quadrados sendo a capital brasileira que oferece melhor qualidade de vida. Seus 280 mil habitantes convivem com o ritmo ágil de um centro urbano cosmopolita e com a tranquilidade dos vilarejos construídos pelos colonizadores açorianos.*
- √ **Nordeste:** *Com forte tradição germânica, o Nordeste do estado concilia uma economia dinâmica com o respeito à natureza exuberante. Indústrias do ramo eletro-metal-mecânico dividem espaço com as densas florestas da Serra do Mar e as águas da Baía Babitonga.*
- √ **Vale do Itajaí:** *Situado entre a Capital e o Nordeste do estado, assim é o Vale do Itajaí “um pedacinho da Alemanha” encravado em Santa Catarina. A herança dos pioneiros germânicos deixou marcas na arquitetura em estilo enxaimel, na culinária e nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil.*
- √ **Planalto Norte:** *Região rica em florestas nativas e provenientes de reflorestamento, concentra-se o pólo florestal catarinense - o mais expressivo da América Latina, abrangendo indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão.*
- √ **Planalto Serrano:** *O frio e o turismo rural são os grandes atrativos dessa região, que tem como atividades econômicas a pecuária e a indústria florestal.*
- √ **Sul:** *População na sua maioria descendentes de imigrantes italianos. O extrativismo mineral e a indústria cerâmica são as principais atividades econômicas dessa região. O Sul do Estado tem estações hidrotermais e cânions ricos em biodiversidade.*
- √ **Meio-Oeste:** *Nessa região de morros ondulados localizada no centro do Estado situam-se comunidades de pequeno e médio porte,*

4. Fonte: IBGE e SPG/DEGE/Gerência de Estatística.

5. <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm>

também colonizadas por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica está baseada na agroindústria, criação de bovinos e produção de maçã. Também há indústrias expressivas do pólo metal-mecânico.

- √ **Oeste:** *Os campos do Oeste são o “celeiro” de Santa Catarina, de onde sai boa parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos. Frigoríficos de grande e médio porte estão associados aos produtores rurais em um modelo bem-sucedido de integração: as empresas fornecem insumos e tecnologia e compram a produção de animais”.*

Territorialmente, Santa Catarina é um estado longitudinal, distando 880 quilômetros entre leste e oeste. Como a capital, Florianópolis, está localizada em uma ilha no oceano Atlântico, fica a uma média de 500 quilômetros distante da maioria dos municípios que compõem o estado catarinense. Fazer compreender que a centralização do poder era prejudicial ao desenvolvimento do Estado, foi a idéia-força com a qual a atual gestão sustentou seu plano de governo, convencendo os catarinenses de que seria possível implantar um modelo de administração mais sintonizada com as necessidades do cidadão: a descentralização. Essa foi a alavanca eleitoral que propiciou a vitória na disputa das eleições de 2002 e 2006 e vem sendo o modelo administrativo adotado desde do ano de 2003.

2. O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO EM CURSO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

2.1. Contextualização

A partir da promulgação da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003 a administração central, representada pelo Governador do Estado, inaugura uma nova Estrutura do Poder Executivo, estabelecendo a criação de 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, sendo criadas posteriormente mais 7 Secretarias nas duas outras reformas que a sucederam (respectivamente LC nº 284 – 28/02/2005 e LC nº 381 – 07/05/2007) totalizando o número de 36 SDRs atualmente.

O governo catarinense, posteriormente à implantação da descentralização e regionalização da estrutura administrativa (*Lei Complementar 243 - 30/01/2003*), tendo já passado dois anos do início da sua gestão e da efetiva implantação física das estruturas das Secretarias de Desenvolvimento Regional, após avaliação do seu desempenho, decidiu deflagrar no ano de 2005 um amplo processo de reestruturação da gestão pública estadual. Essa tomada de

decisão também levou em conta a iniciativa do Ministério do Planejamento – MP, que realizou um diagnóstico da gestão pública no País e nos Estados que apontavam inúmeras fragilidades e graves problemas de gestão.

Para que os problemas apontados pelo diagnóstico e demais levantamentos pudessem ser combatidos, o governo de Santa Catarina concebeu o *Programa Cicerus - Modernização e Fortalecimento da Gestão do Estado*, cujo objetivo maior consistia em dar ao Estado um novo perfil de atuação, transformando-o em promotor do desenvolvimento com inclusão social, por meio da elaboração e promulgação da *Lei Complementar N° 284 de 28 de fevereiro de 2005*. Três portanto foram os eixos principais dessa reforma administrativa: Aprofundamento do processo de descentralização da Gestão Pública Estadual; Busca da melhoria na Eficiência, Eficácia, Efetividade e Relevância dos serviços prestados ao Cidadão e Gestão com foco nos resultados, vindo a ser corroborada mais tarde pela *Lei Complementar N° 381 de 07 de maio de 2007*. Esta última, com o objetivo de refinar o processo de descentralização e regionalização deflagrado pelas duas Leis anteriores. “*No arcabouço da 3ª Reforma Administrativa, a estrutura organizacional e política da administração pública estadual passa por mudanças estruturais significativas de reordenamento institucional sob novos paradigmas de descentralização e desconcentração dos circuitos de decisão, alicerçados nos princípios de gestão democrática compartilhada e transparente e de ruptura com padrões conservadores do sistema público de gestão, objetivada numa nova mentalidade de gestão na busca da melhoria da qualidade dos serviços públicos*”⁶.

Segundo Santos⁷, “*as gestões anteriores eram tradicionalmente assentada numa estrutura organizacional pesada, burocrática e centralizada, a Administração Pública Estadual vinha demonstrando dificuldades para corresponder, enquanto organização, aos desafios do novo século. Os resultados dessa constatação eram evidentes: Incapacidade de atender, de forma efetiva, às necessidades e expectativas dos cidadãos; Modo de funcionamento prejudicial à concorrência e à competitividade do Estado e das empresas ali instaladas; Ausência de coerência do modelo de gestão até então vigente; Processos de decisão burocráticos e demasiadamente longos e complexos, que impediam a resolução, em tempo útil, dos problemas dos cidadãos criando desconfiança em matéria de transparência e de legalidade e, por fim, desmotivação dos funcionários e desvalorização do próprio conceito de missão de Serviço Público*”.

Ainda citando Santos, “*vários estudos haviam sido feitos, muitos diagnósticos foram realizados e muitas propostas formuladas. Ensaíram-se*

6. Pacto de Aprimoramento de Gestão da Política da Assistência Social de Santa Catarina de 27 de agosto de 2007.

7. DOS SANTOS, N., O Novo Papel do Estado: Algumas Considerações Preliminares. Artigo não publicado. Florianópolis, 2003.

algumas tentativas de reforma, chegando mesmo a serem tomadas algumas decisões, mas na maioria das vezes pontuais, parciais e demasiadamente casuísticas". Faltava, segundo Santos, o necessário enquadramento geral de uma modernização e fortalecimento da gestão pública, articulada e coerente, mas principalmente a vontade política para fazê-lo.

Fazia-se necessário portanto, criar uma nova cultura organizacional na administração pública, própria de um Estado moderno, propondo um Estado central menor, mais eficaz e em condições de melhor executar as suas funções essenciais de definição de políticas, passando a execução dos programas e ações para as Secretarias de Desenvolvimento Regional e, sobretudo, fortalecendo a sua missão reguladora e fiscalizadora.

Foi nessa direção que o atual governo de Santa Catarina assumiu uma nova concepção de gerir o bem público, concebendo um novo modelo de gestão, se comparado à administração pública tradicional, mais inovador e moderno. *"Nem Estado mínimo, nem Estado máximo, mas um Estado Necessário, fundamentado em uma perspectiva contingencial das relações entre o Estado, a Sociedade e a Iniciativa Privada"*⁸.

A implantação das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, com poderes administrativos iguais aos das demais Secretarias Setoriais sem dúvida vem representando uma verdadeira revolução no sistema de administração do Estado de Santa Catarina, substituindo uma estrutura centralizada, por uma gestão baseada no fortalecimento dos poderes regional e local. A iniciativa de instituir esse novo paradigma de gestão demonstrou pioneirismo quando introduziu no Estado uma significativa mudança na cultura administrativa, descentralizando e desconcentrando a execução das atividades da administração estadual, cujos resultados vêm sendo colhidos gradualmente.

Haja vista esse processo ser relativamente novo do ponto de vista da sua construção no estado - já que iniciado no ano de 2003 - o amadurecimento das instituições, pode-se dizer, é ainda incipiente, no sentido da efetiva internalização dessa nova cultura de gestão, ainda existindo muita fricção de ordem burocrática (e política, já que a tessitura do atual governo é de coalizão) entre as atribuições das Secretarias Setoriais e as Secretarias Regionais, principalmente com relação à descentralização orçamentário-financeira.

Essas Secretarias atendem aos 293 municípios catarinenses, interagem com as representações políticas locais, fomentando a busca de soluções compartilhadas às condições sócio-econômicas de cada região, tendo como instrumentos de atuação os Conselhos de Desenvolvimento Regional. De importância fundamental nas ações empreendidas por essas SDRs, esses Conselhos de Desenvolvimento Regional, foram criados para

8. Programa CICERUS – Modernização e Fortalecimento da Gestão do Estado/*Processo de elaboração da Lei Complementar Nº 284, de 28/02/2005 - Contexto e Fundamentação.*

assegurar a livre participação de toda sociedade, exercendo a função de instância validadora das aspirações regionais, condição *sine qua non* para a necessária consolidação do processo de descentralização e regionalização. É na presença dos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores, que a participação de todos os municípios das 36 regiões do Estado se faz assegurar nesse Conselho. Porém, a falta de entendimento e comprometimento desses atores quanto ao seu real papel frente às demandas efetivamente regionais, seja pelo descaso com a causa político-partidária (já que todas as facções políticas, representadas na figura dos Prefeitos e Vereadores, participam desse Conselho), seja pela ausência de um plano de capacitação sistemático que lhes permita criar consciência crítica e promover a efetiva mudança de cultura em prol do desenvolvimento regional, fragiliza o processo e dificulta o alcance do seu objetivo.

Para que esse governo pudesse empreender seu objetivo maior de “*tornar Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a equidade entre pessoas e regiões*”⁹, e colocar o poder de decisão mais próximo do cidadão, como preconiza (e já preconizava as outras LCs também formuladas por esse governo) o parágrafo único do Art. 4º da última lei de reforma administrativa



9. Visão do Estado de Santa Catarina para o ano 2015, formulada no *Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2025*. http://www.spg.sc.gov.br/menu/planejamento/arquivos/Plano_Catarinense_de_Developolvimento-SC2015.pdf

- LC nº 381 de 07/05/2007, algumas mudanças foram portanto imprescindíveis nas diversas áreas administrativas e gerenciais da sua estrutura organizacional, a saber: as Secretarias Setoriais (sediadas em Florianópolis, centro administrativo do Estado) ficaram com a competência da formulação, normatização e controle das políticas públicas; já as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (mapa abaixo), ficaram com a competência da coordenação e execução das políticas públicas nas regiões. Dificuldade essa, que traz no seu bojo todo processo cultural e político da sociedade brasileira, onde o interesse individual/privado se sobrepõem ao interesse coletivo/público.

Depreende-se portanto, que o que está na base desse modelo, é o objetivo de implementar estruturas locais de governo com competência efetiva para planejar ações e gerir recursos que atendam as suas demandas locais com maior eficiência, eficácia, efetividade e relevância o que, do ponto de vista do empoderamento local, é um passo significativo na conquista da autonomia e equidade regional.

É bem verdade que o processo de descentralização em curso sofreu e sofre interferências das múltiplas interfaces a que está sujeito, que vão desde a capacidade de gestão administrativa/financeira do Estado até - como já observamos -, a tecitura da coalizão política. Seria leviano negar, que fatores como esses fragilizam e tolhem o processo em curso (quando não atropelam), impedindo uma melhor performance por parte da atual gestão, principalmente na efetiva consolidação do nível regional.

2.2. O Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2015

Dentro desse processo e para atender ao disposto na Lei Complementar 284 de 28 de fevereiro de 2005 - Art.10 – parágrafo 1º - alínea I, foi elaborado o *Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2015*. Esse Plano consiste em um conjunto de diretrizes e estratégias que visam orientar a ação governamental até 2015. Sua elaboração foi coordenada pela Secretaria de Estado do Planejamento, que integrou as várias instâncias da administração pública estadual e da sociedade. A elaboração do Plano Catarinense, como iniciativa posterior aos Planos de Desenvolvimento Regionais, apoiou-se nos subsídios regionais gerados nesses planos, de modo que o PCD - SC 2015 mantém estreita sintonia com as demandas já existentes nos PDRs.

O *PCD - SC 2015* é uma ação de Estado e foi desenvolvido com base na metodologia de construção de cenários, para o período 2007-2015. Sua elaboração respeitou os seguintes princípios:

- ✓ Concentrar em ações de responsabilidade do Estado;
- ✓ Ser um instrumento de coordenação dos programas e projetos setoriais e regionais considerados prioritários;

- ✓ Considerar programas e projetos em andamento;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento de programas e projetos regionais.

O Plano está estruturado em torno de dimensões e áreas de atuação, a partir das quais foram definidas diretrizes e estratégias. A estruturação do Plano Catarinense de Desenvolvimento tomou como base os dados e conteúdos dos *Planos de Desenvolvimento Regionais-PDRs*¹⁰, do *Masterplan*¹¹ desenvolvido para o Estado, das bases de dados da Secretaria de Estado do Planejamento e contou com a participação das equipes técnicas das secretarias setoriais, regionais e demais órgãos da Administração Pública Estadual.

A Secretaria de Estado do Planejamento, funcionou como Grupo de Controle, propiciando e zelando pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos na proposta de desenvolvimento do Plano. A opção metodológica utilizada foi a de análise de cenários. Ferramenta esta usada por governos, agências internacionais e empresas para responder de forma criativa aos desafios atuais e futuros.

O plano Catarinense de Desenvolvimento está fundamentado em cenários tendenciais e normativos que foram construídos em um processo que envolveu as seguintes etapas:

- ✓ *Análise retrospectiva;*
- ✓ *Construção da visão;*
- ✓ *Definição da filosofia;*
- ✓ *Definição das dimensões e áreas de atuação do estado;*
- ✓ *Construção dos cenários tendenciais por área de atuação do Estado;*
- ✓ *Construção dos cenários normativos por área de atuação do Estado;*
- ✓ *Definição das macrodiretrizes;*
- ✓ *Definição das diretrizes para cada uma das áreas de atuação;*
- ✓ *Definição das estratégias para as áreas de atuação.*

A partir da construção de cenários para o Estado de Santa Catarina, no período 2006-2015, foram definidas as principais variáveis nos ambientes internacional, nacional e estadual. Entre elas estão variáveis políticas,

10. http://www.spg.sc.gov.br/menu/proj_parcerias/meu_lugar.htm#

11. Documento que propõe ações no sentido de explorar as potencialidades mais importantes da economia catarinense, que são a vocação exportadora, a grande participação de produtos industrializados na pauta de exportações, a forte estrutura portuária e a evidente vocação para a prestação de serviços portuários em sua área de influência, que abrange estados vizinhos e mesmo partes do Paraguai e Argentina, as condições adequadas para o desenvolvimento de um *cluster* de alta tecnologia, e a vocação turística.

econômicas, sociais, ambientais e as relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico.

“Como instrumento que procura incorporar as complexidades do sistema sócio econômico catarinense o PCD – SC 2015 é operacionalizado por meio de diretrizes e estratégias que, muitas vezes, adquirem um caráter intersetorial, ou seja, as soluções apontadas pelo PCD envolvem ações que extrapolam o espaço de atuação de uma Secretaria regional ou setorial. Esta característica pretende evitar a fragmentação e superposição das iniciativas, e a pulverização dos recursos, buscando a convergência e a atuação conjunta de diferentes áreas do governo, de organizações do terceiro setor e de empresas privadas”¹².

O Plano Catarinense de Desenvolvimento está estruturado em quatro grandes dimensões, com suas macro diretrizes, que visam nortear os Planos de Desenvolvimento Regional e as próprias ações do Estado:

- a) Economia e Meio Ambiente: aumentar, de forma sustentável, a competitividade sistêmica do estado;
- b) Social: promover a equidade entre as regiões do estado e a inclusão social de todas as pessoas no processo de desenvolvimento;
- c) Tecnologia: apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de promover o desenvolvimento sustentável do estado;
- d) Política Pública: consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público.

As “*Macrodiretrizes e Diretrizes*” definidas no PCD – SC 2015 são apresentadas no quadro a seguir:

12. http://www.spg.sc.gov.br/menu/planejamento/arquivos/Resumo_Plano_Catrinense_de_Developmento-SC2015.doc (p.3).

DIMENSÃO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	
Macrodiretriz	Áreas de Atuação:
Aumentar, de forma sustentável, a competitividade sistêmica do estado.	Infra-estrutura. Iniciativas empreendedoras. Agricultura e meio ambiente.
Infra-estrutura	
Diretrizes	
Potencializar os sistemas logísticos de Santa Catarina de modo a aumentar a capacidade de movimentação de cargas e consolidar o estado como centro integrador da plataforma logística do Sul do país para os mercados nacional e internacional	
Fortalecer o processo de ampliação e manutenção da rede de rodovias pavimentadas do estado.	
Manter a universalização do acesso e melhorar a qualidade do serviço de energia elétrica.	
Ampliar a oferta de gás natural no estado, buscando atender novas regiões e segmentos.	
Ampliar e melhorar a infra-estrutura de saneamento básico visando a universalização do abastecimento de água, a ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.	
Criar mecanismos e programas de captação de recursos de agências e fundos para investimentos na área de infra-estrutura.	
Criar programas e ações integradas para	
Universalizar o acesso aos serviços de telefonia e comunicação.	

Iniciativas empreendedoras
Diretrizes
Promover a inovação e a agregação de valor nas cadeias produtivas de Santa Catarina.
Promover e apoiar a participação das empresas catarinenses nos mercados interno e externo.
Implementar políticas de apoio aos micro e pequenos empreendimentos.
Estimular o ensino técnico profissionalizante em parceria com a iniciativa privada, entidades de classe e municípios.
Agricultura e meio ambiente
Diretrizes
Melhorar a atratividade e a qualidade de vida no interior para reduzir o êxodo rural e o processo de litoralização da população e da atividade econômica.
Aumentar a competitividade do agronegócio catarinense.
Desenvolver, de forma sustentável, a multifuncionalidade dos espaços rurais.
Fortalecer a gestão dos recursos naturais por meio da articulação institucional das entidades relacionadas com a área ambiental no estado.
Consolidar a gestão dos recursos hídricos, continentais e costeiros.
Implementar sistema de gestão ambiental com processos unificados de licenciamento, monitoramento, controle e fiscalização.

DIMENSÃO SOCIAL	
Macrodiretriz	Áreas de atuação:
Promover a equidade entre as regiões do estado e a inclusão social de todas as pessoas no processo de desenvolvimento.	Saúde. Assistência social, trabalho e renda. Educação e cultura. Segurança.
Saúde	
Diretrizes	
Reduzir a mortalidade infantil	
Reduzir Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP)	
Apoiar a ampliação da cobertura do Programa de Saúde Familiar (PSF)	
Intensificar a descentralização da prestação de serviços de alta e média complexidade.	
Fortalecer o controle social por meio de Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde	
Assistência social, trabalho e renda	
Diretrizes	
Aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e superar os Índices dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em todas as regionais do estado.	
Consolidar e fortalecer os serviços de assistência social, buscando a equidade entre os grupos sociais e as regiões do estado.	
Ampliar a geração de empregos, oportunidades de trabalho e geração de renda.	
Educação e cultura	
Diretrizes	
Promover a universalização e a melhoria da qualidade do ensino médio no estado.	
Aumentar gradativamente o tempo médio de estudo da população catarinense.	
Manter programa de formação continuada dos profissionais da educação visando garantir o padrão de ensino de qualidade.	
Estimular atividades culturais no estado, valorizando o patrimônio cultural e histórico das comunidades.	
Ampliar a infra-estrutura para desenvolvimento de atividades culturais e esportivas.	
Segurança	
Diretrizes	
Ampliar os serviços de inteligência de segurança pública.	
Implementar ações efetivas de prevenção e combate às drogas.	
Incentivar e apoiar ações das organizações do terceiro setor que contribuam para a melhoria da segurança pública e da cidadania.	
Reduzir a taxa de homicídios.	
Capacitar o pessoal efetivo da segurança pública para melhor exercício de suas funções.	
Otimizar o uso do efetivo de segurança pública.	
Ampliar o número de vagas no sistema prisional	

DIMENSÃO: TECNOLOGIA	
Macrodiretriz	Áreas de atuação:
Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de promover o desenvolvimento sustentável do estado.	Ciência, Tecnologia e Inovação
Ciência, Tecnologia e Inovação	
Diretrizes	
Ampliar rede de centros de inovação, incubadoras e condomínios em todas as regionais do estado.	
Intensificar a interação entre universidade-empresa-governo.	
Estimular e apoiar os programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, em todas as universidades do estado.	
Prover condições para o crescimento do número de alunos concluintes em cursos superiores nas áreas de conhecimento do novo paradigma tecnológico.	
Ampliar a inclusão digital no estado apoiando, principalmente, projetos que integrem as áreas de educação, desenvolvimento social, saúde, e segurança.	

DIMENSÃO: POLÍTICA PÚBLICA	
Macrodiretriz	Áreas de Atuação:
Consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público.	Gestão Pública
Gestão Pública	
Diretrizes	
Fortalecer o processo de descentralização.	
Dar prioridade à busca de solução para o problema previdenciário do funcionalismo público estadual.	
Implementar o governo eletrônico para melhorar a prestação de serviços à população e ampliar a infra-estrutura de tecnologias da informação da administração pública estadual.	
Consolidar o processo de modernização da gestão do estado.	
Profissionalizar a administração pública estadual.	
Elevar, de forma significativa, os investimentos públicos em Santa Catarina.	

O Plano Catarinense de Desenvolvimento é considerado um marco importante na seqüência de esforços que possibilitarão o alcance da cena futura desejada, por meio do gerenciamento sistemático da implementação das estratégias que permitirão cumprir as diretrizes traçadas. O Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 já foi elaborado utilizando as diretrizes e macrodiretrizes desenhadas nesse Plano.

Porém, do ponto de vista dos resultados, é relevante considerar como um produto significativo para a região, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regionais-PDRs, que envolveram a mobilização e participação da comunidade regional, mesmo se observarmos que em algumas dessas regiões a participação da sociedade foi apenas parcial. Na seqüência

apresentaremos detalhadamente um desses planos - o PDR Costa do Encanto, que vem sendo implementado junto aos municípios abrangidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional sediada em Joinville.

3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL COSTA DO ENCANTO – SDR/JOINVILLE

3.1. Regional de Joinville

Por força do novo modelo administrativo proposto pelo Governo do Estado e aprovado pela Assembléia Legislativa, em junho de 2003 foi instalada oficialmente a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional Joinville, com abrangência em oito Municípios da Região Norte, a chamada Costa do Encanto: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, São João do Itapieriú, São Francisco do Sul e Joinville. Sua população totaliza 570 mil habitantes, sendo mais de 90% residentes nas áreas urbanas. A diversidade natural, econômica, geográfica e cultural destas cidades formam um importante capital o qual vem desenvolvendo preponderante papel nas ações de incentivo ao desenvolvimento sustentável.

3.2. Características e peculiaridades geográficas do território

Com excelente infra-estrutura e localização estratégica, a Região é caracterizada como uma das mais prósperas e desenvolvidas do Estado de Santa Catarina e, em alguns aspectos, do Brasil. A Cidade de Joinville, maior cidade de Santa Catarina, há muito tempo ostenta o título de centro de industrialização e de desenvolvimento tecnológico, tendo o setor de serviços em fase de franco crescimento, com destaque para a área de eventos que, paralelamente, incrementa as áreas de hotelaria, restaurantes, transportes etc. A região é banhada pela Baía Babitonga, onde localiza-se o Porto de São Francisco do Sul, melhor porto natural do país, empresa pública, referência como infra-estrutura de exportação, principalmente de carnes congeladas, grãos (milho e soja), madeira e manufaturados de madeira, geladeiras e outros. Há ainda um terminal privado em operação em São Francisco e outros dois em fase de construção nas águas da Babitonga. Além de portos, completam a estrutura logística da região duas rodovias federais, quatro rodovias estaduais e uma ferrovia conectada à malha ferroviária federal. Na Região encontramos hoje, 12 instituições de nível superior que promovem a qualificação da mão-de-obra.

Dos oito Municípios, sete são litorâneos, com forte tendência ao desenvolvimento do turismo. Todos os oito municípios estão localizados na

região geográfica que compreende a Serra do Mar e o litoral norte de Santa Catarina, dispondo de uma diversidade expressiva, incluindo região de serra, altiplanos, planície litorânea, rios de montanhas com águas cristalinas, quedas d'água, rios caudalosos e navegáveis, ilhas fluviais e marítimas, áreas de mata atlântica, restingas, dunas, praias de mar aberto, baías etc. Apresentam características específicas e complementares, indo da serra ao mar, com variedade étnica, geográfica, paisagística, atmosférica, histórica e cultural.

Maior cidade de Santa Catarina, **Joinville**, com quase 500 mil habitantes, tem na sua base cultural as colonizações alemã, suíça e norueguesa. É o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina. O parque fabril do município, com mais de 1.500 indústrias, emprega 58 mil funcionários e cresce em média 5,67% ano, é responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Terceiro pólo industrial da região Sul, Joinville figura entre os 15 maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria - que gera um faturamento industrial de US\$ 14,8 bilhões por ano - com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O Produto Interno Bruto per capita de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de US\$ 8.456/ano.

São Francisco do Sul, segundo município mais populoso da região, com 32 mil habitantes, é formado por uma ilha e uma porção territorial continental, a Vila da Glória, e tem no acervo histórico, material e imaterial, um de seus mais preciosos bens. Com um centro histórico formado por dezenas de casarões que remontam ao século XVIII, tombado, restaurado e preservado, São Francisco do Sul é um patrimônio cultural nacional. Essa condição somada às suas belíssima praias dão-lhe excepcional condição para o turismo, sua principal vocação econômica ao lado da portuária, já citada.

Com uma população de 24 mil habitantes, **Araquari** tem suas características definidas pela colonização portuguesa e africana em manifestações culturais de origem popular, a exemplo do catumbi. Tendo na agricultura sua principal base econômica, Araquari vem recebendo importantes investimentos industriais nos últimos anos, aproveitando-se de sua proximidade com o porto de São Francisco e da malha rododiferoviária que corta o município.

Barra Velha é um dos balneários mais procurados do litoral Norte, graças às belas praias e pontos turísticos. As principais atividades econômicas são a pesca, a agricultura e o turismo. A população, de origem açoriana, é de 18.200 habitantes. Apesar de ser caminho das expedições européias, Barra Velha só foi colonizada a partir de 1812, por causa da pesca da baleia. Cortado pela BR-101, o município também vem se expandindo industrialmente.

Com 16 mil habitantes (projeção a partir do censo IBGE de 2000) **Itapoá** tem no turismo sua principal fonte econômica, seguida da pesca e da

agricultura. Porém, novos horizontes econômicos estão se descortinando a partir da implantação de um grande terminal portuário, e da infra-estrutura rodoviária que está recebendo para atender ao porto e ao turismo.

Em **Garuva**, a agricultura é a principal atividade econômica, com destaque para o cultivo da banana e arroz irrigado. Com cerca de 15 mil habitantes, o município vive um processo de rápida industrialização, abrigando indústrias fornecedoras do *cluster* metal-mecânico de Joinville. Destacam-se seus produtos alimentícios coloniais, as belezas da Mata Atlântica (60% do município é APP – Área de Preservação Permanente), o misticismo do Monte Crista e a pesca na baía Palmital, é o “pantanal catarinense”, melhor destino de pesca ao robalo do país.

Balneário Barra do Sul tem no mar sua principal fonte de renda. Com cerca de 7.000 habitantes, o turismo, a pesca artesanal (especialmente da tainha), a pesca esportiva e a construção naval artesanal destacam-se entre as atividades econômicas, praticadas no município. Também sua maior e tecnologicamente mais avançada indústria tem a água do mar como matéria prima.

Em **São João do Itaperiú**, a agricultura é a principal atividade econômica. Com pouco mais de 3.000 habitantes, o município tem nas raízes caboclas – com destaque para a culinária à base de farinha de mandioca e para os folguedos populares, como a festa em homenagem ao padroeiro – na religiosidade e na vida rural, seus principais traços de identidade.

4. MARCO LEGAL

A Lei Complementar nº 284/2005, que faz adequações à Lei 343/2003, em seu artigo 1º, preconiza que a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual de Santa Catarina deve ser referência em “desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões, elevando a qualidade de vida da sua população.” O grande desafio da proposta é transformar cada região administrativa em território de desenvolvimento.

Para tanto, foram necessárias algumas mudanças nas diversas áreas administrativas e gerenciais do Estado, redefinindo as incumbências das Secretarias Setoriais (formular, normatizar e controlar as políticas públicas) de modo que as Secretarias de Desenvolvimento Regional constituam-se em estruturas com competência para planejar ações e gerir recursos que atendam as demandas locais. O tom das mudanças políticas, enfoca a participação da sociedade através do Conselho de Desenvolvimento Regional e dos Comitês Temáticos e o levantamento de demandas para os Planos Plurianual de 2004/2007 e 2008/2011.

O artigo 4º da Lei Complementar nº 284/2005 – em seu parágrafo único – define que o novo conceito organizacional a ser desenvolvido implica uma nova cultura de cidadania e de serviços às pessoas, impondo a adoção de medidas que consolidem este princípio, colocando o poder de decisão mais próximo do cidadão. Assim, com a Secretaria de Desenvolvimento Regional instalada, sediada no município de Joinville, inicia-se um amplo processo de estruturação administrativa da unidade de governo, objetivando, ao mesmo tempo, dar visibilidade política à SDR, de modo a construir credibilidade ante sua “clientela”, e implementar os mecanismos de atuação, tais como a contratação de um quadro técnico funcional, a formação do Conselho de Desenvolvimento Regional e de seus comitês temáticos.

O maior desafio foi operacionalizar o governo local, aglutinando as lideranças políticas dos oito municípios para que, conjuntamente, se pudesse pensar num projeto de desenvolvimento que refletisse anseios comuns, no qual estivesse embutido o conceito de Desenvolvimento Regional, focado no tripé de equidade social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental, respeitando-se a diversidade cultural e a vocação de cada município, e em consonância com o Plano Catarinense de Desenvolvimento.

O Conselho de Desenvolvimento Regional da SDR-Joinville foi instalado em 14 de julho de 2003, com função deliberativa sobre todos os investimentos governamentais a serem realizados no âmbito da sua jurisdição. Composto por 32 conselheiros, sendo membros natos os oito prefeitos municipais e os presidentes das oito Câmaras de Vereadores, e mais dois representantes não-governamentais de cada município, o CDR constitui-se em um fórum privilegiado de discussões, aprimoramento, troca de experiências, aprendizado e, acima de tudo, vem se estabelecendo como rede de cooperação e parcerias entre os diversos segmentos regionais. Atendendo, portanto, o que preconiza o artigo 4º “...coloquem o poder de decisão mais próximo do cidadão...” o CDR tornou-se um espaço permanente de articulação dos assuntos regionais, tendo como principais competências Identificar as potencialidades e vocações da região e propor, planejar e deliberar sobre assuntos de interesse da região.

Como suporte técnico e político, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, através de suas diversas gerências, articula o funcionamento dos comitês temáticos. Formados por, em média, 20 representantes técnicos, governamentais e não-governamentais dos municípios, os comitês têm como principal função fazer o detalhamento dos projetos/atividades, visando a destinação adequada dos recursos, permitindo orçamentos mais próximos das reais necessidades das comunidades. Atualmente, estão em funcionamento nove comitês temáticos na SDR-Joinville: 1) Agricultura e Pesca; 2) Assistência Social; 3) Cultura, Turismo e Esportes; 4) Desenvolvimento Sustentável; 5) Educação e Tecnologia; 6) Infra-Estrutura; 7) Saúde; 8) Segurança Pública; e, 9) Planejamento.

Em suas 50 assembléias realizadas até janeiro de 2008, o CDR registra uma média de participação de 65%, com ressalva positiva para a freqüência dos segmentos não-governamentais. Isso significa que, periodicamente, em torno de 300 cidadãos estão reunidos para discutir questões regionais, elaborando novas idéias, criando sentimento de “pertencer”, “fazer parte” e mesmo “ter parte” e “tomar parte” da comunidade regional. Ressalve-se que os interesses em sua maioria são conflitantes, contraditórios e até incompatíveis (não devemos esquecer que a composição do conselho é multipartidária, inclusive com participação dos partidos de oposição ao governo), o que requer um crescente exercício de cidadania e desprendimento dos conselheiros. Importante salientar ainda, que a participação tanto no Conselho quanto nas câmaras é voluntária, não cabendo qualquer tipo de remuneração financeira aos membros, ou mesmo ressarcimento de despesas como transporte e alimentação.

Mais do que um modelo administrativo, a descentralização é uma postura filosófica em que o governo abre mão de tomar as decisões e passa a dividir o poder com a sociedade, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Regional. Em Santa Catarina há 36 desses conselhos, um em cada Secretaria de Desenvolvimento Regional, onde se pratica o governo participativo, onde o cidadão discute, planeja e toma decisões, exercendo a cidadania e contribuindo para a vida de todos. A descentralização cria entre as pessoas, os municípios e seus governantes um pacto de solidariedade em que cada um passa a trabalhar pelo benefício do outro. Dessa forma, todos ganham. Cada centavo do dinheiro público, antes de ser investido, passa por diferentes instâncias de discussão para que seja melhor empregado e dê o máximo retorno para a sociedade. Dessa forma, o governo descentralizado oferece mecanismos para controlar o desperdício, acabar com o clientelismo e com o egoísmo administrativo.

A descentralização praticada em Santa Catarina tem como princípios a modernização da gestão pública, a regionalização do desenvolvimento, a descentralização do poder, a democratização e transparência das ações, o combate à litoralização (migração de populações do interior do estado para cidades litorâneas) e o reequilíbrio socioeconômico do Estado.

Nesta caminhada, estão intrínsecas mudanças de gestão, atribuindo às Secretarias de Desenvolvimento Regional competências fundamentais na implementação do modelo. Podemos destacar como funções primordiais das SDRs a de **articular** a transformação das regiões em territórios de desenvolvimento sustentável e bem estar social; a de **motivar** o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda; a de **induzir** o engajamento, integração e participação da sociedade organizada.

5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O planejamento surge da necessidade de pensar o futuro no confronto com o presente, propondo modificações a fatos que não sejam satisfatórios, visando satisfazer necessidades e desejos humanos de uma determinada sociedade ou grupo social.

Historicamente as administrações públicas no Brasil, pouco ou nada têm se dedicado ao processo de planejamento a longo prazo. Os planos normalmente resultam de compromissos assumidos nas campanhas políticas dos governantes que, ao longo do mandato de quatro anos, buscam garantir um bom desempenho aos olhos dos eleitores. Na tentativa de quebrar este traço cultural, a elaboração do Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD SC 2015, é um marco histórico que direciona e influencia os investimentos estatais e privados nas diferentes regiões, a partir de diagnósticos fundamentados e que apontam para cenários sólidos das tendências locais, estadual, nacional e mesmo mundiais.

O Plano de Desenvolvimento Regional da SDR-Joinville foi consolidado em 2005, dentro do “Projeto Meu Lugar”, utilizando-se a metodologia proposta pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Secretaria de Estado do Planejamento, dentro da perspectiva da descentralização implantada pelo Governo do Estado. Vale ressaltar que a SDR-Joinville, desde sua instalação, em 2003, já havia desencadeado um processo empírico de identificação de anseios e potencialidades que pudessem gerar uma idéia/projeto de identificação regional. Nasceu, assim, o Projeto Costa do Encanto, em 2004, o qual foi validado no ano seguinte, já dentro da sistemática do PNUD.

Sem a formalização de uma metodologia específica de planejamento, o Costa do Encanto é fruto de idéias, contatos, consultas a técnicos e especialistas, e também de mais de 200 reuniões comunitárias e das discussões nas assembleias do Conselho de Desenvolvimento. Sua concepção é fruto, principalmente, do exercício de se olhar a região como um todo, pensando-se os municípios e as comunidades como partes integrantes de um mesmo universo, composto de fortes laços de interdependência, onde as relações sociais, políticas e econômicas não se limitam aos ditames de uma geografia física, estabelecida por uma legislação político administrativa em oposição as relações que se estabelecem pela necessidade das pessoas, pela simples proximidade dos territórios e, fundamentalmente, pela mobilidade natural dos cidadãos.

Por fim, a integração entre o PDR Costa do Encanto e o Projeto Meu Lugar em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) forneceu ferramentas importantes na busca da realização de seus objetivos, uma vez que o Pnud tem como premissas a melhoria dos recursos

humanos, a organização social, a gestão social, o empreendedorismo, o planejamento participativo, envolvimento de atores sociais, a valorização da cultura local como meio de formação da auto-imagem, reforço da auto-estima aumento do sentimento de pertencimento, entre outros. O Projeto Meu Lugar trouxe contribuições técnicas, materiais e metodológicas ao desenvolvimento do Costa do Encanto, o qual se caracteriza muito mais como um processo em constante progresso do que como um plano definitivo a ser implantado, continuamente absorvendo revisões e reformulações, tendo em vista atender à diversidade que caracteriza a região em que está inserido.

O PDR foi construído de forma bastante participativa e interativa com as comunidades locais. O Plano da Costa do Encanto tem como base projetos desenvolvidos com a metodologia METAPLAN, tais como: PPA's, LDO's, Agenda 21, Planejamentos Estratégicos, PEDITS (Prodetur), Microbacias II, Planos de Desenvolvimento da Região Metropolitana, Conferências Municipais e Regionais das Cidades, Crianças e Adolescentes, Assistência Social e Meio Ambiente. Seu principal eixo condutor do desenvolvimento é o aprimoramento do turismo, potencial presente nos oito municípios, mediante a implantação de uma série de obras e ações regionais.

Para dar suporte técnico e teórico, a UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville - atuou como consultora, fazendo a mediação do processo, envolvendo 5 professores (MSc) e uma equipe de acadêmicos para o apoio operacional. A participação da universidade foi fundamental para a construção do diagnóstico e da agenda de desenvolvimento. Após o processo de sensibilização e mobilização, a equipe fez pesquisa de campo para buscar informações, envolvendo as oito Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores, AMUNESC - Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina, o SEBRAE, a EPAGRI e o SINE. A análise e sistematização dos dados, permitiu a realização de um seminário regional e de oficinas de trabalho, onde os participantes discutiram e definiram os elementos básicos para o PDR: objetivo geral; objetivos específicos; conjunto de atividades destinadas a produzir os resultados propostos; e as condições e circunstâncias externas e internas para a implementação do plano.

MARCO LÓGICO do PDR Costa do Encanto

Resumo Descritivo	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos Externos
<p>Objetivo Superior (finalidade) do Plano.</p> <p>Promover o desenvolvimento local sustentável, contribuindo de modo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da mesorregião, sendo este desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - IDH dos Municípios do Território; - Índice de poluição das águas e afluentes. - Percentual de cobertura florestal no território; 	<ul style="list-style-type: none"> - PNUD; - Secretaria de Estado do Planejamento - Secretaria de Desenvolvimento Regional - Universidade da Região de Joinville UNIVILE 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade econômica e política; - Representatividade política da região.
<p>Objetivos Imediatos (Propósitos) do Plano.</p> <p>Fortalecer e consolidar no território da mesorregião as estratégias de desenvolvimento local, através da formação de capital humano e social, desenvolvimento produtivo difuso no território e concertação interinstitucional para a gestão participativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de matrículas em todos os níveis de ensino, e procedência dos alunos matriculados nas universidades da região; - Percentual de concentração da atividade econômica na região, avaliada através do número de empregos e da arrecadação; - Número de reuniões e participantes nas reuniões do CDR – Conselho de Desenvolvimento Regional e dos seus Comitês Setoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - PNUD; - Secretaria de Estado do Planejamento - Secretaria de Desenvolvimento Regional - Universidade da Região de Joinville UNIVILE 	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação e solidariedade regional; - Vontade política de implementar o Plano; - Comprometimento das administrações da região com o Plano; - Adesão e comprometimento da sociedade civil da região de Joinville com o Plano; - Reforma tributária adequada para o fortalecimento dos municípios; - Recursos financeiros disponibilizados para a implementação do Plano.

Marco Lógico – Cenário futuro desejado para o território
- Objetivos do Milênio atendidos (erradicação da fome e pobreza)
- Preservação do Meio Ambiente
- Manejo sustentável dos recursos naturais
- Participação de todos os Municípios no Plano Diretor
- Atualização permanente do Plano de Desenvolvimento Regional
- Região protegida das cheias
- Tratamento adequado para o esgoto industrial e doméstico
- Resíduos sólidos com destinação final adequada
- Conservação das estradas
- Indústrias competitivas, gerando emprego e renda adequada
- Déficit habitacional zerado
- Preservação do patrimônio cultural e histórico

O Projeto Costa do Encanto tem por objetivo mapear todas as forças presentes e atuantes nas comunidades de abrangência da SDR-Joinville, como o Capital Humano – a principal força num processo de desenvolvimento local e sustentável -, a Organização e Gestão Social – que permite a articulação e transforma os talentos humanos e potencialidades locais em capital social -, e o Planejamento Participativo – que assegura a participação dos agentes do desenvolvimento em todas as suas etapas -, reconhecendo sua cultura, seus valores e potencialidades, e destacar o sentido de pertencimento e o sentido da mudança que essas pessoas e grupos sociais querem e podem realizar (PROJETO MEU LUGAR, 2005). O desenvolvimento regional envolve as três categorias de atores: o Governo – na esfera federal, estadual e municipal; o Mercado – produção e consumo de bens e serviços; a Sociedade Civil – cidadãos, organizações sociais e entidades representativas.

As oficinas para elaboração do plano foram distribuídas por área temática, sendo: agricultura e pesca, assistência social, desenvolvimento sustentável, educação, infra-estrutura, saúde, segurança pública, turismo, esporte e cultura. Cada área indicou em média 25 ações para sua realização no período de 2006 a 2008. Nestas ações estão incluídas responsabilidades municipais, estaduais e federais, bem como ações da própria sociedade e suas organizações. Em função do pouco tempo para a elaboração do Plano, e de dificuldades das plenárias em fazer escolhas, as ações não foram temporizadas e elencadas como prioridades de prazo e mesmo de recursos. Ainda persiste a idéia de que em havendo recursos, ou quando os recursos forem aportados, será realizado aquilo que é mais premente.

Como resultado deste processo participativo, o Plano de Desenvolvimento Regional tem como princípio maior: “ a *criação de uma identidade regional e despertar para o compromisso de todos no processo de desenvolvimento*”. A diversidade social está contemplada, tanto nos fatores das diversas etnias que compõem a região, quanto nos fatores sócio-econômicos e geográficos,

que também originam diversidades sociais. Neste sentido, estão considerados aspectos relativos às comunidades quilombolas, pequenas localidades rurais, vilas de pescadores e aglomerados urbanos. Um dos fatores de desenvolvimento é justamente a organização social; sendo assim, o Plano busca aglutinar todas as entidades da sociedade civil já organizadas e ajudar a fundar e organizar outras.

O PDR Costa do Encanto está fundamentado em um tripé de obras e ações necessárias para o seu bom termo. Quais sejam: 1) dotar a região da infra-estrutura necessária para o rápido deslocamento entre os municípios que, embora contíguos, têm interligações deficitárias, de sorte que estão planejadas pontes, rodovias, hidrovias, trapiches e estruturas de recepção ao visitante; 2) o aproveitamento sustentável de sua diversidade ambiental com conseqüentes medidas de garantia da sua preservação e; 3) o aproveitamento sustentável da sua diversidade social, fazendo da cultura identitária das pessoas um elemento a ser resgatado, fortalecido e preservado, como bem comum e pela atratividade intrínseca.

A preservação da diversidade ambiental e o seu grau de preservação, na região circunscrita ao projeto, é condição *sine qua non* para o êxito de seus objetivos (agregar renda e elevar a qualidade de vida das populações locais, mediante incremento da atividade turística). Atento a isso, e levando-se em conta que a cultura local é parte integrante do meio ambiente, as primeiras providências da SDR, que demandaram mais de dois anos de trabalho e investimentos, foram: a) realizar apresentações públicas, mostrando a proposta, ainda em estágio de elaboração, com fins de colher sugestões, críticas, colaborações e mapear as comunidades potencialmente impactadas (positiva e negativamente), especialmente comunidades rurais ou urbanas isoladas, somando mais de duas centenas de audiências. Nessas situações sempre foi reforçado a importância da manutenção das características locais, dos bens imateriais e da necessidade de equilíbrio ambiental; b) a SDR estimulou os municípios para que desenvolvessem e ou revissem seus Planos Diretores, visando criar uma malha legal que contivesse abusos, ocupações irregulares, desenvolvimento desordenado e danos ambientais. Como resultado e dentro do que preconiza o Estatuto das Cidades, os Municípios fizeram seus Planos Diretores (alguns ainda estão em fase de conclusão); c) o Estado, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, priorizou os estudos de zoneamento econômico e ecológico do Plano estadual do Gerenciamento Costeiro nos municípios de abrangência do projeto; d) Foi realizado um estudo sócio ambiental de todo o território.

As manifestações culturais, tomadas do ponto de vista antropológico, e as artes em geral, formam o terceiro ente do tripé que dá sustentação ao PDR Costa do Encanto. Nesse sentido vêm sendo investido recursos do Funturismo e Funcultural, há quatro anos, em eventos, manifestações, festas

e no mapeamento, na valorização e na salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis, à seguinte ordem: a) As festas regionais tradicionais passaram a receber recursos para que fortalecessem a participação da cultura local (culinária, artesanato, danças, cantorias, folguedos, tradições etc), foram beneficiadas a Festa da Tainha de Barra do Sul; Festa Nacional do Pirão, de Barra Velha; Festa do Colono, de Garuva; Festa das Tradições da Ilha, de São Francisco do Sul; Festa do Maracujá, de Araquari; Festa de São João, de São João do Itaperiú; Festa Açoriana, de Itapoá; e festas do Cará, do Pato, do Pescador, do Colono, do Arroz, das Tradições, todas realizadas em Joinville; b) desenvolvimento do Projeto Mãos do Encanto, com objetivo de mapear, fortalecer e qualificar o artesanato local; c) apoio direto a grupos que mantêm manifestações culturais e a eventos culturais organizados pelos municípios com recursos do Funcultural; realização de eventos por parte da SDR oportunizando apresentações culturais de grupos tradicionais da região; d) realização do mapeamento das estruturas e das manifestações culturais da região em três ocasiões: 1) na realização da RIC (Rede Integrada de Cultura), PDIL (Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer) e na Conferência Regional da Cultura; e) a Fundação Catarinense da Cultura (FCC) está desenvolvendo o Projeto de Resgate do Patrimônio Cultural; f) investimentos de recursos no Museu de Sambaqui de Joinville (local de salvaguarda de bens arqueológicos porventura resgatados na região); g) investimentos em projetos de resgate da cultura popular (terno de reis, música regionalista, carnaval etc.)

6. IMPACTO DO PLANO

A implementação do Plano de Desenvolvimento Regional da SDR-Joinville vem provocando um forte impacto na região, pois representa a convergência de ações para objetivos comuns, facilitando a substituição das práticas individualistas pela solidariedade e cooperação regional. Este impacto se verifica na conquista dos Objetivos do Plano ao promover o desenvolvimento local sustentável, contribuindo de modo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da mesorregião. O êxito da execução do Plano vem redundando no fortalecimento e consolidação no território da SDR-Joinville, das estratégias de desenvolvimento local, através da formação de capital humano e social, desenvolvimento produtivo difuso no território e concertação interinstitucional para a gestão participativa. De modo específico, a implementação do Plano contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pelas Nações Unidas. Com efeito, as ações desenvolvidas permitirão:

- Reduzir significativamente a proporção de pessoas que sofrem com a extrema pobreza e fome;

- Aumentar substancialmente o número de crianças que estarão no ensino fundamental e equilibrar as oportunidades educacionais para meninas e meninos;
- Reduzir a proporção de pessoas sem acesso à água potável;
- Conter o avanço do HIV/AIDS e de outras doenças transmissíveis;
- Reduzir significativamente os riscos de uma criança morrer antes de completar os cinco anos de idade e de uma gestante morrer durante a gravidez;
- Contribuir para proteger o ecossistema e biodiversidade da destruição;
- Aumentar o acesso a medicamentos e tratamentos de saúde essenciais;
- Ampliar o alcance de novas tecnologias, especialmente as tecnologias de informação, a um maior número de beneficiários;
- Minimizar o risco da favelização no território regional, em particular nas áreas urbanas;
- Ampliar a equidade na distribuição da renda pelo aumento substancial das oportunidades de ocupação e de geração e manutenção de empreendimentos produtivos e pelas práticas da responsabilidade social;
- Melhorar a infra-estrutura na Região;
- Melhorar a interação das esferas de Governo que atuam na região, criando a idéia de complementariedade entre os governos municipais, estadual e federal;
- Tornar o Conselho de Desenvolvimento Regional e os Comitês Temáticos, espaços de discussão e negociação das “coisas públicas”, dos interesses coletivos, com a participação da sociedade civil;
- O exercício da participação e da representação, leva a fazer escolhas e tomar decisões que influenciarão no desenvolvimento da região;
- Tornar o Plano de Desenvolvimento Regional referência para novos investimentos públicos e privados;
- Mecanismos de participação da sociedade, levam a uma aprendizagem coletiva, tornando-se fiscalizadores de políticas públicas, construindo assim as bases de uma gestão mais democrática.

REFLEXÕES FINAIS SOBRE O PROCESSO DE “DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA”

A experiência da descentralização e regionalização em Santa Catarina ainda que bastante recente já apresenta algumas conquistas, quando

comparada a experiências assemelhadas e já consolidadas, sobretudo nos países europeus. A efetiva existência da gestão descentralizada em curso, somam apenas cinco anos (2003 a 2007), sendo que somente para a adequação das questões jurídico-administrativas, foram necessárias a edição de três leis complementares – LC 243/2003, LC 248/2005 e respectivamente a lei em vigor, LC 381/2007.

Percebe-se que o Governo de Santa Catarina vem continuamente evidando esforços no sentido de vencer barreiras legais e burocráticas para a efetiva descentralização, principalmente do orçamento, dando conseqüentemente mais autonomia financeira as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Ao mesmo tempo, gradualmente, projetos de interesse regional recomendados pelos Comitês Temáticos e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, por meio do mecanismo financeiro denominado “descentralização de créditos orçamentários”, estão sendo financiados com recursos do Fundosocial e dos Fundos de: Cultura, Esportes e Turismo; Orçamento da Saúde e Infra-Estrutura, sendo que a gestão dos recursos e fiscalização das ações, ficam condicionados a responsabilidade das SDRs.

Nesse processo de descentralização, os Planos de Desenvolvimento Regional, os Comitês Temáticos e os Conselhos de Desenvolvimento Regional adotam mecanismos de gestão mais democráticos, onde as Secretarias Regionais, por prerrogativa legal, são responsáveis pela regionalização do planejamento e da execução orçamentária, bem como pela articulação, promovendo uma melhor performance do engajamento das comunidades.

No caso específico do Plano de Desenvolvimento Regional Costa do Encanto, observa-se que o mérito mais significativo é a percepção da transversalidade das ações, promovendo a integração dos seus projetos, onde Educação, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Cultura e Lazer, Assistência Social e Agricultura e Pesca, unindo esforços e sinergia, tem como objetivo principal “criar uma identidade regional e despertar para o compromisso de todos no processo de desenvolvimento”.

Ainda há muito a ser feito para a plena consolidação do processo de descentralização e regionalização em curso no Estado de Santa Catarina, mas “passos” importantes já podem ser observados nesse processo, ainda que em níveis diferenciados, partindo de uma leitura comparativa entre as várias SDRs:

- ✓ Aproveitamento das oportunidades para o fortalecimento do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Valorização dos territórios regionais, influenciando na fixação das populações nas Regiões;
- ✓ Desenvolvimento profissional das pessoas diretamente envolvidas nesse processo;

- ✓ Maior participação nas decisões com vistas ao resgate da cidadania;
- ✓ Aproximação Governo x Sociedade ;
- ✓ Articulação dos diversos organismos regionais ;
- ✓ Desenvolvimento de lideranças locais.

Porém, na mesma medida, muitos desafios ainda se impõem a esse processo:

- ✓ Efetiva implementação do novo modelo de gestão;
- ✓ Quebra da cultura centralizadora e corporativista da estrutura pública ainda existente em muitos órgãos, principalmente dos quadros funcionais;
- ✓ Enfrentamento da persistente cultura paternalista e assistencialista - Governo e Sociedade;
- ✓ Melhoria constante do desempenho da máquina pública por meio de instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- ✓ Otimização da aplicação dos recursos públicos;
- ✓ Redução da burocracia, por meio da avaliação de processos de gestão e mecanismos de desburocratização;
- ✓ Institucionalização efetiva e internalização pela sociedade do papel das Secretarias de Desenvolvimento Regional em todas as regiões do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, F. L. Diagnóstico geral das administrações públicas estaduais. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. Relatório Técnico.
- AQUINO, LOURDES SALETTE CEZARI. Conselhos de Gestão das Políticas Sociais - Um desafio para a construção de um novo poder. 2003. Joinville/SC. Monografia apresentada para a conclusão do Curso de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O Que é Participação. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 243, de 30 de janeiro de 2003
Fonte: PUB DOSC 31/01/2003 pag: 001
- LEI COMPLEMENTAR Nº 284, de 28 de fevereiro de 2005
Fonte: PUB DOSC 28/02/2005 pag: 004
- LEI COMPLEMENTAR Nº 381, de 07 de maio de 2007
Fonte: PUB DOSC 07/05/2007 PAG: 001 e REPUBLICADA DOSC 25/07/2007 PAG: 001
- DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA MESORREGIÃO – SDR – Joinville. 2005.

DOS SANTOS, N., O Novo Papel do Estado: Algumas Considerações Preliminares. Artigo não publicado. Florianópolis, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Master Plan. Florianópolis, 2005. Relatório técnico.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Projeto Cicerus – Modernização e fortalecimento da gestão do Estado. Florianópolis, 2005. Relatório técnico.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Plano Catarinense de Desenvolvimento-SC2015. (doc.pdf)

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Planos de Desenvolvimento das Regionais. Florianópolis, 2005. Relatórios técnicos.